



CONFLITOS: TRAUMAS E MEMÓRIAS¹
CONFLICT: TRAUMA AND MEMORIES
CONFLITS: TRAUMA ET MÉMOIRES
CONFLICTOS: TRAUMAS Y MEMORIAS

Kabengele Munanga
Professor Titular, Universidade de São Paulo

A temática proposta abarca diversos domínios: o político, os direitos humanos, o social, a história e a psicanálise. O conflito é psicanaliticamente constitutivo do ser humano e no plano social o conflito é inerente a todas as sociedades e organizações humanas. Não existem sociedades sem conflitos como não há conflitos sem sociedade. Os conflitos tanto podem trazer mudanças como podem também provocar fraturas na sociedade. Por isso, em todas as sociedades existem mecanismos pacíficos de regulação de conflitos envolvendo negociações e reconciliações. Estas podem ter sucesso ou fracassar, deixando os conflitos eclodirem. Os conflitos podem ser de origem externa (conflitos exógenos) ou de origem interna (conflitos endógenos). Externos ou internos, os conflitos podem deixar traumas tanto no plano psíquico dos indivíduos como no corpo da sociedade, isto é, choques violentos ou feridas com **efração** capazes de deixar lesões no conjunto da organização social, sobretudo quando são acompanhados de violência física ou simbólica. Acontecimentos históricos, os conflitos fazem parte das memórias vividas e herdadas pela educação. Em qualquer processo de construção identitária onde a memória coletiva é uma das fontes e matéria prima, os conflitos e suas consequências fazem parte. Jamais serão esquecidos o genocídio dos povos indígenas, as violências coloniais e o holocausto.

Bem! Este pequeno introito, feito de generalidade serve para me situar diante da questão central.

Vou delimitar minha fala em torno dos conflitos violentos no continente africano, apontando os fatores históricos e as causas sócio-políticas que os explicam.

¹ Texto da conferência para alunos de história da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – 04 de outubro de 2013.



Nenhum país no mundo respeita integralmente os trinta artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada unanimemente pela Assembleia Geral das nações Unidas em 1948. No entanto, é justamente entre os cinquenta e cinco países que compõem o continente africano que se encontram as maiores taxas de violação e desrespeito a esses direitos. Como explicar essa discrepância entre os países africanos e o mundo ocidental em matéria de direitos humanos? Consta-se também uma coincidência entre a pobreza e a falta de democracia na África, ambas relacionadas com a violência. Se os países da Europa Ocidental conseguiram, no último século, formar uma ilha de paz, os da África subsaariana constituem, desde as independências, uma das zonas mais violentas do mundo contemporâneo.

Diante dessa violência, a opinião comum, formada com base em um olhar jornalístico ocidental e etnológico colonial, acostumou-nos à seguinte explicação, fundamentada num cenário em três atos: no início, havia uma África pré-colonial, despedaçada pelas guerras tribais incessantes; em seguida, veio a Missão Civilizadora, por meio das potências coloniais que conseguiram, com muito trabalho e dedicação, construir o progresso e apaziguar as tribos selvagens; no último ato vem a África pós-independência que, por uma espécie de atavismo hereditário, retorna, após a saída do colonizador, ao velho tempo pré-colonial, caracterizado pelas incessantes guerras tribais que, por sua vez, seriam um atavismo das hordas primitivas que viviam permanentemente em guerra umas contra as outras. Tal explicação, absolutamente simplista e enviesada, torna “natural” o estado de violência na África subsaariana e inviabiliza, conseqüentemente, qualquer tentativa de apaziguamento.

No entanto, se olharmos para a história da humanidade, percebemos que os povos da África subsaariana não são nem mais nem menos violentos que os dos outros continentes. A violência sempre foi, segundo as palavras de Karl Marx, a maior “parteira” da história, notadamente no que concerne aos processos de construção dos diferentes Estados-Nações, desde a China dos Tsing até aos Estados Unidos da América, passando pelas guerras das Duas Rosas, na Grã-Bretanha, ou pelo rude exército da unidade alemã, fundado por Bismarck. Sem esquecer as duas últimas guerras mundiais, os conflitos do Oriente Médio e todas as barbaridades cometidas nos países balcânicos e no Leste Europeu.



Para entender o lugar da violência na África contemporânea, é preciso fazer um recuo histórico e tentar situar a experiência atual numa perspectiva histórica global, suscetível de explicar as especificidades de nossa época. A história da África não é apenas a de suas formações de Estados, muitas vezes flutuantes e geograficamente limitadas.

As etnias também têm história. A conquista colonial interrompeu bruscamente os processos (geralmente violentos) que, em numerosos pontos do continente, vinham conduzindo ao nascimento de Estados protonacionais, como o “jihad” de Samori Touré, entre outros. E o fez utilizando outra violência, pois concordamos em que a colonização constitui uma modalidade de violência, cujas consequências explicariam em parte os conflitos e antagonismos irreduzíveis vividos pela África de hoje, de cuja saída é difícil.

A maioria dos povos e populações africanas vive em estado de violência desde que nasceram, pois, pertencem ao continente mais violentado na história da humanidade nos últimos 800 anos, mais ou menos. São dezenas de gerações de homens e mulheres no Continente Africano que nunca conviveram com a paz nesses anos e nem sequer tiveram a possibilidade de construí-la.

O continente africano convive com a violência desde os primórdios do tráfico e da escravidão árabe por volta do século VIII, passando pelo tráfico ocidental por volta do século XVI, e pela colonização no século XIX, às guerras das independências no século XX e às guerras fratricidas pós-independência que se perpetuam até hoje.

As violências de origem externa, por razões de natureza econômica como a busca de mão de obra gratuita escravizada para desenvolver as colônias ocidentais nas Américas, explicam o tráfico e a escravidão; violências de natureza econômica em busca de riquezas naturais: terras, essências vegetais e minerais para desenvolver as metrópoles ocidentais, explicam a invasão colonial e o colonialismo. Interesses geopolíticos e estratégicos durante a Guerra Fria engendraram também outras violências no Continente Africano. Essas violências não eram somente físicas como torturas, trabalhos forçados, enforcamentos, mutilações corporais como decepamento de membros, etc., mas eram também simbólicas como a negação da própria humanidade do homem e da mulher africana, teorizada pelas ciências da época; negação de sua história e destruição sistemática de suas culturas, religiões, filosofias e visões de mundo, etc.



Os povos africanos, através de suas lideranças, acharam que havia só um caminho e o único para restabelecer sua dignidade humana e defender sua liberdade: as independências. Tentaram obtê-las por vias de negociações políticas, manifestações populares de rua e boicotes, que deram certo em parte, pois alguns países colonizadores recusaram o caminho da paz obrigando os africanos a passar pela linguagem da violência. Foi o caso da França, terra da fraternidade, igualdade e proclamação universal dos direitos do homem e do cidadão que recusou a emancipação política de sua colônia da Argélia. Esta história, a conhecemos todos, suponho eu. O balanço foi trágico, com um custo humano de cerca de 1.000.000 de mortos entre os argelinos e 25.000 mortos entre os soldados franceses. O Portugal de Salazar deu a mesma resposta violenta, obrigando os povos africanos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe a passarem também pela linguagem da violência para poder se libertar do jugo colonial português e de suas violências físicas e simbólicas. Na África do Sul, no Zimbábue e na Namíbia os africanos tiveram de recorrer também às armas para se libertarem contra os regimes sustentados pelas violências racistas do apartheid e de segregação instalados nesses países.

Parece um paradoxo, usar a violência para se libertar de outra violência. Creio que o caminho da negociação rejeitado pelos colonizadores e racistas teria dado sem dúvida resultados melhores, pois não teria, contudo, causando tantas perdas de vidas humanas. Os africanos tentaram, mas infelizmente sua poesia não conseguiu desarmar os invasores armados com metralhadoras e baionetas. Estamos aqui diante de duas formas de violência: a violência externa que oprime e desumaniza e a violência interna que liberta e emancipa.

As independências significavam, teoricamente, o fim das violências externas e a construção de um futuro de paz. Infelizmente, não foi isso que aconteceu na maioria dos países africanos tornados independentes. Os processos de construção das novas nações foram semeados de conflitos sangrentos que até o atual momento sacrificaram milhares de vidas humanas, os chamados conflitos étnicos ou como dizem os jornalistas, “as guerras tribais”, que no meu entendimento são somente e simplesmente guerras civis.

Desde os anos 60, data das independências da maioria dos países africanos, cerca de uma trintena de guerras aconteceu, sendo a maioria no interior dos Estados. Apenas em 1986, quatorze dos cinquenta e seis países africanos sofreram conflitos



armados, o que provocou mais de oito milhões de refugiados e um imenso deslocamento das pessoas nos campos de confinamento, além das inumeráveis mortes. Ao apresentar seu relatório ao Conselho de Segurança sobre as Causas dos Conflitos, a Promoção da Paz e do Desenvolvimento Durável, o Secretário-Geral da ONU reconheceu a falência da Organização, notadamente por não ter evitado, ou não ter conseguido, evitar as tragédias na África.

Na atual República Democrática do Congo, ex-Zaire, os conflitos explodiram apenas dois meses depois da independência obtida em 30 de junho de 1960 e congoleses conviveram durante 33 anos com a ditadura militar, na qual todos os poderes ficaram concentrados nas mãos de um general apoiado pelo mundo ocidental no contexto da guerra fria. No fim dessa ditadura militar, em 1997, um novo regime resultante da guerra armada implantou outro poder também antidemocrático levando novamente a explosão das guerras civis que, de acordo com certas fontes de informação, já fizeram cerca de cinco milhões de mortos, numero que alguns consideram como o segundo genocídio depois da II Guerra Mundial.

A guerra de Ruanda em 1994 terminou em menos de um ano de duração, com um trágico balanço de certa de 800 mil mortos. Angola, depois de mais ou menos 15 anos de luta para obter sua independência política travou também cerca de 30 anos de guerra civil para fortalecer seu poder contra seus inimigos internos, apoiados sempre por alguns países ocidentais. Moçambique submergiu também numa guerra civil de 10 anos contra uma oposição interna, a Renamo, sustentada pelo regime segregacionista da África do Sul.

A Nigéria, o país mais populoso da África dita negra, viveu entre 1967 e 1970, três anos de guerra civil, opondo o poder central contra o Biafra, nome tomado pela região sudeste separatista, rica em petróleo. Essa guerra teria deixado um saldo de cerca de dois milhões de mortos, a maioria por fome. Dos 33 golpes de Estado perpetrados na África Ocidental até 1985, Nigéria sozinha soma por volta de 18.

A Costa do Marfim, considerado como uma pequena ilha da paz desde a independência pacificamente obtida por negociação com a metrópole francesa em 1960, está também há cerca de três anos numa guerra civil ainda não resolvida.

O Sudão foi outro caso de violência na atualidade africana. As milícias militarizadas no Darfour atacam a população negra já em condições de vida muito



precárias. Essa população negra que reivindica menos a independência do que a melhor partilha das riquezas, levanta-se contra o poder central em razão da situação provocada pela seca e desertificação que atinge as províncias do Oeste, escasseando os recursos naturais e aumentando a competição para seu controle e monopólio. Diante da inação do poder central, nômades e sedentários se enfrentam em torno dos pontos de água e pelo domínio da terra arável. Ao encorajar um conflito racista e ao caçar o poder das hierarquias tradicionais para armar as milícias árabes formadas de jovens deserdados, o poder de Cartum atiza a violência cada vez menos controlável. A imensidade de território, que torna difícil seu controle, o estado da seca contínua, o corte do crescimento econômico e industrial, a ação do poder político, constituem alguns determinantes do conflito. Essas guerras resultaram na divisão do Sudão em dois países: Sudão do Norte e do Sul.

Podemos alargar a lista dos conflitos violentos na África: Burundi, Somália, Etiópia, Guiné-Bissau, Libéria, Congo, Chade e ultimamente o Mali. São poucos os países africanos que ainda não passaram pelos conflitos violentos armados. Todos esses conflitos constituem violações dos direitos humanos, começando com o mais fundamental de todos: o direito à vida. Somando todos, são dezenas de milhares de seres humanos que morreram no continente africanos apenas durante meio século de independência.

Mas, qual seria a explicação dessas guerras que na sua maioria acontecem no interior dos Estados e raramente entre os Estados? Dizer que essas guerras resultam da natureza dos povos africanos, incapazes de viver em paz seria uma resposta racista que faz das guerras na África, uma fatalidade contra a qual nada pode ser feito.

Um olhar rápido na história da humanidade mostra que o processo de construção dos diferentes Estados-Nações e dos Impérios por toda a parte foi acompanhado de violências. O que foram as duas guerras mundiais? O que são os conflitos que há anos se arrastam no Oriente Médio? O que aconteceu entre o Iraque e o Irã? O Iraque e o Kuwait? No Kosovo, nos países Balcãs de modo geral? A situação atual do Afeganistão e do Iraque depois da invasão americana e britânica? As guerras civis no Timor Leste, etc... ?

Isto significa que há violências coletivas na escala mundial, sem contar as violências físicas individuais resultantes da má redistribuição da renda, da pobreza e da



miséria que envolve a maioria dos jovens dos países pobres. Numa obra monumental coordenada pelo sociólogo americano Ted Robert Gurr², uma equipe de pesquisadores colocou em evidência a importância quantitativa de violências resultantes dos conflitos nacionalistas desde os anos sessenta. Enquanto que o mundo conheceu entre 1944 e 1960 sessenta e dois conflitos etnopolíticos, Gurr contabiliza duzentos e vinte e seis conflitos entre 1960 e 1994. E o pesquisador diagnostica um crescimento provável desse tipo de conflitos nos anos futuros. A maioria desses fatos são ocasionados por lutas pelo poder no seio dos Estados-Nações mais ou menos em constituição. Eles são também provenientes dos fenômenos transicionais em andamento em numerosos regimes desde o acesso às independências e ao desmoronamento do bloco do Leste. Estes dois fenômenos caminham juntos: ao fragilizar os equilíbrios políticos, as fases da transição dos regimes em direção à democracia abrem oportunidades de acesso às estruturas de decisão que numerosos atores sociais são tentados a utilizar. Embora os regimes transitórios sejam relativamente pouco numerosos, o terço dos conflitos etnopolíticos graves explodiram sob tais regimes. A fraqueza das identidades nacionais alimenta igualmente essas potencialidades de conflitos. De outro modo, a congruência entre os espaços psicológicos (as mentalidades) e o espaço político (o Estado) ainda não se realizou por toda a parte. Muitos poucos Estados conseguiram socializar total e duravelmente sua população.

De modo geral a maior parte dos conflitos que acontecem hoje nos países africanos, como em outros países do mundo, são fenômenos de violências políticas que, segundo alguns autores, têm a ver com a construção dos nacionalismos.³ Mas, como operar conceitualmente a ligação entre nacionalismo e violência. E de que se trata quando se fala do nacionalismo? De maneira sucinta, distinguem-se classicamente três formas de nacionalismo. A nação cívica ou política constitui a forma moderna do nacionalismo, em particular sob sua forma de Estado. É o nacionalismo cívico que se quer aberto para incluir o maior número de cidadãos em torno da aceitação das regras comuns, de um contrato social cujo Estado é o fiador. Ao lado do nacionalismo cívico, existe, nem sempre em associação, um nacionalismo cultural fundamentado na partilha em comum de um legado de memórias e tradições e de uma herança cultural e

² GURR, Tedd Robert. *Minorities at risk: a global view of ethno-political conflicts*. Washington: United States Institute of Peace Research, 1993.

³ CRETIEZ, Xavier. *Violence et Nationalismo*. Paris: Odile Jacob, 2006, p. 11-23.



linguística que une uma comunidade, oferecendo-lhe a afabilidade e a densidade, ou seja, uma certa maneira de viver em comum.

Às vezes, apesar do Estado participar ativamente na construção dessa herança comum, o nacionalismo cultural pode se produzir contra o Estado ou sobre seus flancos, ao propor um modo alternativo ou oposto de vida em comum que não recorta a ancoragem política e cívica do nacionalismo contratual. Enfim, o nacionalismo étnico ou etnonacionalismo – que se baseia na afirmação de uma distinção étnica – às vezes vivida e construída numa superioridade em relação ao centro político. Aqui, a rejeição de outra comunidade se opera sob o registro orgânico (por exemplo racial), sob um fundamento transcendental como a religião que não supõe nenhuma discussão, nenhum compromisso. Os três nacionalismos, teoricamente distintos podem de fato se fundir ou parcialmente se cruzar quando um Estado-Nação desenvolve uma ideologia racista que o leva a rejeitar certos elementos comunitários, na base de um pressuposto étnico ou cultural.

O nacionalismo étnico carrega inevitavelmente uma parte da violência da qual aliás não faz nenhum mistério. Mas as outras formas de nacionalismo conhecem também suas próprias patologias. O fechamento mental que acompanha o nacionalismo cultural, sempre preocupado com sua pequena diferença, fornece facilmente o suporte da violência como o atesta a atualidade dos nacionalismos periféricos na Europa, pois muitos usam armas para expressar a busca do reconhecimento de seus direitos culturais. O nacionalismo cívico apresenta igualmente uma patologia de potência ao recusar a diferença em seu seio, ao unificar menosprezando as vontades ou ao observar uma pluralidade cultural inerente ao espaço público em nome de uma melhor eficácia política, de uma representatividade fiel, ou de um simples desejo de desafiar os Estados rivais. Finalmente, poder-se-ia ousar afirmar que o nacionalismo carrega em si um princípio de violência, pouco importa sua forma (nacionalismo cívico, cultural, étnico).

Se o nacionalismo como princípio concreto é sem dúvida uma necessidade, porque oferece afabilidade a uma comunidade de homens e mulheres que não poderiam viver sem unidade, ele se torna logo pernicioso desde que pensado como um projeto, como uma política, como um valor cuja realização se torna uma finalidade em si e não somente como um meio.



Há os que buscam a explicação da violência na própria cultura dos grupos em conflitos. O genocídio em Ruanda? Logo a explicação é cultural, porque os facões utilizados nos horrorosos crimes cometidos remetem evidentemente a essa cultura da estranheza que a África Central apresenta. A guerra no Líbano ou o enfrentamento entre palestinos e israelitas? Lá também a cultura aparece sob a forma de uma hostilidade religiosa fundada em milênios de oposição entre ambos, o que explica tudo. A cultura parece essa resposta fácil econômica e adaptável a tudo que não depende da grade do conhecimento ocidental. Esse olhar pobre sobre as culturas diferentes deve nos colocar em alerta sobre as explicações da violência que recorrem exclusivamente ao registro cultural, considerado como o motor da violência, ou que fazem de todas as culturas, o alimento pedagógico das violências.

Embora discordamos das explicações que consideram as culturas em si mesmas como portadoras de violências, concordamos também com aquelas que reconhecem a importância de alguns elementos da cultura que, em si aparecem indispensáveis para maquiagem a violência, dando-lhe a justificativa ou a legitimação. É neste sentido que é preciso entender a violência cultural como apenas aqueles aspectos da cultura que na esfera simbólica – à imagem da religião e da ideologia, à linguagem da arte, à imagem da ciência empírica ou formal – podem ser utilizados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural. Não há culturas violentas, mas sim aspectos da cultura que podem ser utilizados para apoiar tal ou tal empreendimento violento. A violência cultural é então uma realidade, mas é preciso saber interpretá-la para não fazer dela a explicação única e causal de todos os fenômenos de conflitos observáveis e consequentemente saber distingui-la de outras formas de violência. John Galtung propõe uma trilogia explicativa da violência, associando a violência direta, física e factual, à violência estrutural – muitas vezes institucional ou econômica que barra aos indivíduos o acesso às realizações próprias – e a violência cultural, de longo fôlego, que enquadra e às vezes dá sentido às outras formas de brutalidade.⁴

Os três tipos de violência não são totalmente contraditórias. A violência factual às vezes para se expressar, toma as formas ancoradas no repertório cultural: as decapitações, as mutilações corporais ou o emprego de tal arma são signos de um empréstimo cultural. Da mesma maneira, a violência estrutural, do tipo institucional,

⁴ CRETIEZ, Xavier. Op. cit., p. 234-256.



pode também reclamar-se de uma herança cultural à margem do clientelismo ou do autoritarismo que caracterizam certas sociedades mediterrânicas, muitas vezes violentas.

Finalmente, à condição de não fazer da cultura o alfa e o ômega de toda a explicação antropológica da violência, é possível falar da violência cultural, para compreender como a violência pode se incrustar no universo cultural, reunindo-se aos mitos, aos relatos coletivos, aos repertórios de ações religiosas para justificar, até mesmo valorizar a violência. A cultura se torna então uma arma política ao serviço dos empreendedores do ódio para ressuscitar uma hostilidade enterrada e disseminar na população a aversão ao outro étnico.

A violência é também o resultado de um aprendizado que se efetua em certos lugares, em certas circunstâncias, através da colocação em destaque de figuras heroizadas, de narrativas familiares, de organizações adaptadas.

Entre as condições socioculturais de peso que condicionam ao mesmo tempo a entrada na violência e as formas de violência, o meio-ambiente geográfico e demográfico tem uma posição de destaque. A topologia regional pode ter fortes incidências na decisão de se juntar ao grupo armado e sobre a dinâmica da violência que se instala numa região. O isolamento montanhoso de certas aldeias como em Chechênia e no Afeganistão, a densidade urbana, sinônimo de anonimia como no Paquistão e no Iraque, pode favorecer a entrada na violência de um indivíduo constrangido pela solidariedade étnica.

Além do meio-ambiente, o peso das tradições encoraja também a ação violenta, pois a obediência a palavras de ordem violentas pode se revelar determinantes na aceitação coletiva dos transbordamentos conflituais. Jacques Semelhem sublinha com razão, em seu artigo sobre a sociologia dos massacres, o peso da tradição da obediência na cultura cambodjana (Khmer) e japonesa e que foi explorado com muita habilidade pelos poderes políticos de inspiração maoísta e/ou nacionalista. É tudo um código de honra embasado na submissão da vontade individual às aparentes necessidades do coletivo impostas pela hierarquia, que vai permitir a passagem ao ato ultraviolento em situação de guerra.

Numerosos analistas e observadores dos conflitos contemporâneos creditam essa ideia e mostram como ela poderia, em certas circunstâncias, se aplicar ao desenrolar de massacres extraordinários. Esta tese de submissão cultural se aplica ao caso dos



massacres de Ruanda. Dizem os analistas e testemunhos que “a responsabilidade do genocídio, repousa, em consequência, num forte condicionamento da massa camponesa do país, facilitada por uma tradição de obediência”.⁵

Um padre ruandês parece confirmar esta tese quando declara em 1997: “você não têm ideia da força da submissão dos camponeses ruandenses. Eles aderem literalmente à autoridade do chefe, para o pior ou o melhor. Eu agi sob a ordem, eu nada fiz mais que obedecer (...). Mil vezes, eu entendi essas explicações da boca dos que participaram dos massacres, em 1994. Aliás, tenho a impressão de que esses camponeses são sinceros e que não se sentem responsáveis dos crimes que cometeram pela submissão à autoridade”.

Cultura de obediência ou pressão dos pares no momento da passagem ao ato violento, a ideia da tradição de aceitação da violência não pode ser desconectada da realidade sociológica do meio no qual essas violências acontecem.

O terreno africano serve muitas vezes de ilustração a essa tese de uma ancoragem cultural da violência. Partindo dos castigos corporais com objetivo educativo em uso em numerosas sociedades africanas, passando por tradição de bruxaria que condiciona a vida cotidiana dos habitantes, até ao lugar pouco invejável reservado às mulheres e aos fracos num universo rude e competitivo, o africano comum é submetido a uma multidão de violências que alimentam e naturalizam os conflitos mais políticos e mais visíveis.

O empilhamento das violências se funda também sobre um dado quase antropológico que resulta do caráter eminentemente comunitário do modo de vida na África. Se esse modo é elogiado como uma virtude de solidariedade que o Ocidente moderno perdeu, ele é também gerador de uma lógica totalitária que aprisionou o indivíduo ao defini-lo como perpetuamente em dívida diante de seu grupo.

A situação, já complexa e complicada do Continente Negro, conheceu, nos últimos trinta anos, um outro agravamento: a AIDS. Sem dúvida, esta doença constitui uma grande preocupação para a humanidade, mas a Europa é mais alerta do que a África, que, entretanto, é mais atingida. Nesse continente empobrecido, morre-se tanto de fome que a morte pela AIDS é simplesmente mais uma morte entre tantas outras mortes... A questão que se coloca é saber como serão as coisas para as futuras gerações.

⁵ HATZFELD, Jean. *Uma temporada de facões: relatos de genocídio em Ruanda*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.



Só em 1998, do total de pessoas contaminadas pelo vírus HIV, 70% vivem na África. Cerca de 80% das mortes que ocorreram neste ano se encontram na África Subsaariana. Pelo menos 90% dos órfãos da AIDS são africanos.

Desde que o vírus começou a se propagar, aproximadamente 34 milhões de africanos vivendo ao Sul do Saara foram contaminados, e, dentre estes, onze e meio milhões já morreram, sendo 25% deles crianças. Apenas em 1998 a AIDS matou dois milhões de africanos. Nenhum país da África escapou à AIDS, embora alguns sejam mais castigados do que outros. No Botswana, por exemplo, onde mais de 25% dos adultos estão contaminados, as crianças que nasceram no início desta década terão uma esperança de vida apenas próxima dos quarenta anos, em vez dos setenta que elas poderiam ter se não tivessem sido contaminadas. Isso tem como segunda consequência a diminuição das chances de sobrevivência das crianças e o aumento de taxas de mortalidade infanto-juvenil em numerosas regiões da África Subsaariana, prejudicando as vitórias conquistadas no decorrer dos anos, relativas à queda da mortalidade infantil e da qualidade de vida das crianças.

A AIDS, nos países africanos mais atingidos compromete também a economia, ao reduzir os efetivos já restritos de trabalhadores. O pior é que à AIDS se acrescentam outras doenças: o paludismo, a tuberculose, a parasitose, etc., que são muitas vezes curáveis, mas que continuam a fazer milhões de mortes por falta de estruturas médicas e sanitárias indispensáveis.

Tanto a paz quanto a violência na história da humanidade deveriam ser entendidas como resultantes de processos históricos e não como fenômenos naturais. A Europa Ocidental começou depois da Segunda Guerra Mundial a construir seu processo de paz, hoje ilustrado pela União Europeia. Mas infelizmente, não contribui ou contribui pouco com o processo de paz nos países africanos que foram suas colônias. Mais ou menos quinze anos atrás, dois garotos da República de Guiné Conacri, com a idade estimada entre 16 e 18 anos morreram congelados no trem de pouso de um avião da Sabena, companhia aérea belga. Um funcionário da companhia, fazendo controle de rotina encontrou os dois corpos congelados no aeroporto de Bruxelas. Pensou que se tratava de dois aventureiros que tentavam fugir das miseráveis condições de vida do continente. Mas ao retirar os corpos, constatou que um dos dois garotos tinha um envelope colado junto ao seu coração congelado e nesse envelope havia uma carta



dirigida aos senhores dirigentes dos países europeus, suplicando para que pudessem intervir para acabar com as guerras na África. Dizia a carta que só eles tinham essa força e que se não terminassem com as guerras, jamais as crianças da África terão os mesmos direitos das outras crianças do mundo: escolas, campos de futebol, etc...

A construção da paz no mundo deveria ser encarada como um dever de todos os países, principalmente daqueles que produzem as armas destrutivas que lhes trazem grandes lucros, ao mesmo tempo em que destroem povos, vidas humanas e consequentemente violam o direito humano mais sagrado: o de viver.

É de lembrar que, em 1963, isto é, 53 anos atrás, 32 líderes dos Estados africanos, reunidos numa conferência histórica em Addis Abeba, capital da Etiópia, criaram em 25 de maio do mesmo ano, um órgão interafricano denominado Organização da Unidade Africana – OUA, tendo como objetivos:

- 1) promover a solidariedade e a unidade dos Estados Africanos;
- 2) coordenar e intensificar seus esforços de cooperação para oferecer aos povos africanos melhores condições de vida;
- 3) defender sua soberania, a integridade territorial e a independência;
- 4) erradicar todas as formas de colonialismo;
- 5) promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos Humanos.

A OUA tem sido fiel à sua missão de personificação da vontade coletiva africana, mas parte importante de seus objetivos fracassou por diversos motivos. Quando esses estados se tornaram independentes, eles não tinham experiência de governo moderno e de organizações internacionais. A maior crítica diz respeito a sua ineficiência na prevenção ou resolução dos conflitos interafricanos e sua inabilidade ou relutância para condenar o despotismo e promover a democracia e o desenvolvimento socioeconômico. Falando de democracia, sabemos que muitos países africanos conviveram bastante tempo com regimes ditatoriais; regimes militares; partidos únicos, sem eleições democráticas e sem mecanismos de revezamento ao poder.

Os dirigentes africanos atuais se deram conta, a partir das reivindicações populares e das dificuldades da OUA, que esta não era mais um órgão adequado para enfrentar os problemas da África do século XXI, dentro do contexto do mundo



globalizado. Por isso, sem abrir mão da ideia condutora que vem do movimento pan-africanista desde 1900, ideia baseada na construção da solidariedade de todos os povos africanos e suas diásporas, eles lançaram a ideia de criar uma nova organização capaz de desafiar as realidades do mundo globalizado do qual a África está cada vez mais marginalizada. Esta nova organização recebeu o nome de União Africana – UA, nome inspirado, dizem alguns, na União europeia. Não se trata mais de construir a unidade africana, tendo em vista a complexidade e a diversidade do continente e suas ilhas, mas sim de construir uma união para poder enfrentar coletivamente os problemas e as dificuldades africanas. Esta união está apenas ensaiando seus primeiros passos.

Criada em outubro de 2002, em Abuja, capital da Nigéria, com a liderança dos presidentes Mbeki da África do Sul, Obasanjo da Nigéria e Boutflika da Argélia, o objetivo fundamental da União Africana visa a erradicação da pobreza no continente e a colocação dos países africanos individual e coletivamente no caminho do desenvolvimento e do crescimento sustentável para deter a pobreza e a marginalização da África do processo de globalização.

Embora tenham consciência de que a África deve contar, antes de tudo, com suas próprias forças, os dirigentes africanos acreditam ainda na solidariedade internacional. Por isso, eles idealizaram e criaram um novo organismo chamado *Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano* – NEPAD (New Partnership for Africa's Development), que é uma nova parceria multilateral divorciada dos objetivos imperialistas.

Além de contar com o apoio da NEPAD, a União Africana pretende desenvolver novos mecanismos de regulação de conflitos, notadamente a criação de uma força da paz, contrariamente a OUA, que defendia a não interferência nos problemas internos dos estados membros. Futuramente, pretende também criar um banco interafricano de desenvolvimento, um tribunal de justiça interafricano e uma moeda comum. São novos desafios a ser enfrentados. Seria prematuro ainda avaliar o sucesso ou o insucesso da União Africana num continente cuja maioria dos países é ainda frágil e dependente das antigas metrópoles e potências do mundo ocidental. Vejamos alguns exemplos das incertezas da ação da União Africana nos conflitos envolvendo os países dos Grandes Lagos (República Democrática do Congo, Uganda, Ruanda e Burundi).

Depois de algumas intervenções de caráter pacifista, na República Democrática do Congo, cuja parte oriental do território sofre invasões e agressões dos países vizinhos (Ruanda e Uganda), a ação da UA parece não ter logrado resultados concretos.

Chegando ao ponto da própria ONU aprovar o envio de uma força de paz naquele país, depois de inúmeros casos de assassinatos e de violências. Fatos semelhantes estão correndo também em outros países da África, como por exemplo, na Costa do Marfim, no Sudão, na Libéria, no Chade, etc. As incertezas com relação ao sucesso ou fracasso da nova instituição africana, até certo ponto relacionam-se com as dúvidas e incertezas com o próprio desenvolvimento global do continente.

É nesta linha da União Africana e da NEPAD que se fala hoje do “renascimento africano”, a ideia de que as sociedades africanas devem se mobilizar para cicatrizar as feridas do passado e lidar com as dificuldades do momento. Chegou a hora de os africanos deixarem de ficar presos ao passado colonialista para enfrentar as realidades de um mundo global que os marginaliza cada vez mais. Para isso devem contar, em primeiro lugar, com sua própria vontade e com suas próprias forças.

Os direitos sociais, como o bem estar social, a educação, a saúde, a alimentação, etc. que são conquistas das lutas democráticas, são quase inexistentes em muitos países africanos. A violência prejudica sem dúvida os processos de construção das nações democráticas, mas alguns dirigentes africanos ainda insistem na construção de Estados-Nações, em vez de aprofundar o caminho de construção dos Estados multinacionais que refletem melhor as diversidades étnicas ou culturais da grande maioria dos países africanos.